



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO:	e-TC – 2754.989.20-0
PREFEITURA:	Prefeitura Municipal de Bofete
PREFEITO:	Osvaldo Angelo Alves
EXERCÍCIO:	2020
RELATOR:	Renato Martins Costa

➤ Aplicação no Ensino:	29,39% - artigo 212 da Carta Federal
➤ Aplicação do Fundeb:	73,73% - inciso XII do artigo 60 do ADCT
➤ Total Geral Aplicado com Recursos do Fundeb	95,97% - artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007
➤ Despesas com Pessoal:	43,83% da Receita Corrente Líquida – alínea "b", inciso III, artigo 20 combinado com o artigo 59 da LRF
➤ Aplicação em Ações e Serviços de Saúde:	30,73% - artigo 7º da Lei Complementar nº 141/2012
➤ Execução Orçamentária:	Déficit 0,04%

Senhora Assessora Procuradora-Chefe,

Cuidam os autos das contas da **Prefeitura Municipal de Bofete**, exercício de 2020.

Os trabalhos de inspeção "in loco" estiveram a cargo da UR-09 – Unidade Regional de Sorocaba, que elaborou o relatório constante no evento 39.18 apontando desacertos pontuais.

O e.Conselheiro, no evento 46, notificou o responsável, Senhor Osvaldo Ângelo Alves, que manteve-se silente, deixando o prazo transcorrer *in albis*.

A Unidade Técnica, que focou aspectos econômico-financeiros da matéria (evento 57), não encontrou óbices que pudessem comprometer as contas em análise.

Em razão da determinação do evento 52, esta Unidade passa a se manifestar.

Pareceres pretéritos das contas da Municipalidade em questão:

- 2019 – TC-4406/989/19 – Parecer Favorável com recomendação

ENDEREÇO: Av. Rangel Pestana, 315 - Centro - SP - CEP 01017-906

PABX 3292-3266 INTERNET: www.tce.sp.gov.br



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- 2018 – TC–4065/989/18 – Parecer Favorável com recomendação
- 2017 – TC–6308/989/16 – Parecer Favorável com recomendação
- 2016 – TC–3830/989/16 – Parecer Favorável com recomendação
- 2015 – TC–2302/026/15 – Parecer Favorável com recomendação

É o relatório. Manifesto-me.

A Assessoria Técnica, que focou, principalmente, os subitens B.1.1, B.1.1.2.2, B.1.1.2.3, B.1.1.2.4, B.1.2, B.1.3, B.1.4, B.1.5, B.1.6, B.1.6.1 e B.1.11.1.1, avaliando os resultados contábeis apurados no exercício, considerando-os em boa ordem.

As deficiências listadas no item A.2, IEG-M–Planejamento, demonstram deficiências, não obstante o indicador ter mudado de patamar de “C” para “C+”, ainda há necessidade de ações de revisão, implantação e aperfeiçoamento de determinados itens pela Administração.

Os repasses à Câmara obedeceram ao limite do Artigo 29-A, da Constituição Federal.

Não foram constatados pagamentos maiores que os fixados para a legislatura aos agentes políticos (subitem B.1.10).

Conforme Relatórios de Gestão Fiscal emitidos pelo Sistema Audesp, o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no artigo 20, inciso III, alínea “b” da Lei de Responsabilidade Fiscal, registrando no 3º quadrimestre o valor de R\$ 17.300.396,24, o que representa um percentual de 43,83%.

Quanto ao pagamento de abono de natal aos servidores da Municipalidade, seu pagamento revela-se como 14º salário, sendo contrário ao atendimento do interesse público e/ou às exigências do serviço, nos termos dos artigos 111 e 128 da Constituição do Estado de São Paulo, não guardando vínculo com o interesse público e os princípios da razoabilidade, da moralidade e economicidade. Cabe recomendação para que cesse esse benefício. A questão já fora sinalizada no exercício anterior e a Origem não adotou providências

Frente à aplicação no ensino por determinação constitucional e legal, segundo a UR-09, foi dado atendimento ao caput do artigo 212 da Constituição Federal e ao inciso XII do artigo 60 das Disposições Constitucionais Transitórias, haja vista a respectiva destinação de 29,39% das receitas pertinentes e 73,73% das receitas oriundas do FUNDEB ao magistério do ensino básico. Durante o exercício de 2020, o município empenhou 95,97% da totalidade dos recursos recebidos do FUNDEB.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Prefeitura apresentou queda no conceito obtido no exercício na dimensão IEG-M – I-Educ, passando de “B” para “C”, necessitando de atenção na correção das anotações efetuadas pelo órgão fiscalizador nos itens C.1 e C.2.

No tópico da saúde, foi superada a meta mínima de 15% fixada pela Carta Magna para investimento de recursos no setor (30,73% - artigo 7º da Lei Complementar nº 141/2012). O Poder Público atingiu os índices legais, entretanto, apresentou queda no IEG-M – I-Saúde, de “C+” para “C”, havendo apontamentos efetuados pela UR-09 que carecem de medidas corretivas.

O conceito obtido no exercício de 2020, pelo Município de Bofete, nesta dimensão do IEG-M – I-AMB foi “C” (baixo nível de adequação), tendo apresentado piora em relação ao exercício anterior, evidenciando a necessidade de atenção visando melhorias em diversos quesitos, lembrando que diversos apontamentos são reincidentes.

A faixa do IEG-M – I-CIDADE apresentou piora no índice, caindo de “C+” para “C”, necessitando de corrigir as deficiências listadas no item F.1, que demandam atenção por parte da Origem, as quais são apontadas há diversos anos.

Diante do exposto, considerando a manifestação da Assessoria Técnica, no evento 57, firmo posicionamento no sentido de que seja emitido **Parecer Favorável** às contas de 2020 da Prefeitura Municipal de Bofete.

Ressalvo, entretanto, que o posicionamento aqui adotado não alcança os aspectos pertinentes às demais áreas de atuação desta ATJ.

À elevada consideração de Vossa Senhoria.
A.T.J., em 30 de novembro de 2021.

Christiane Hirschfeld Bezzi
Assessoria Técnica